

OS SUJEITOS DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM FRANCISCO BELTRÃO, PARANÁ

Marcos Aurélio Saquet
 Pamela Cichoski
 Raquel Alves da Meira

Resumo: Neste texto apresentamos alguns dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do projeto intitulado “Território e produção de alimentos: redes curtas, cooperação e comercialização de alimentos camponeses”, financiado pela Fundação Araucária (Edital n. 17/2016 - Pesquisa Básica e Aplicada), entre os anos de 2016 e 2018. Nosso objetivo geral é analisar os circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos para consumo humano dinamizados por agricultores camponeses de Francisco Beltrão (PR), tentando qualificar a opção teórico-metodológica adotada e gerando subsídios sistematizados que possam ser utilizados na construção participativa de projetos de desenvolvimento territorial. Para tal, os procedimentos utilizados estão sendo os seguintes: pesquisa bibliográfica e documental, aplicação dos questionários, realização das entrevistas e análise dos dados secundários do IBGE. Entre os principais resultados conseguidos até o momento, está a compreensão aprofundada da agricultura camponesa praticada em Francisco Beltrão, nesta oportunidade, evidenciando-se os sujeitos das práticas agroecológicas neste município.

Palavras-chave: Agroecologia, camponês, feiras livres.

The subjects of agroecological practices in Francisco Beltrão, Paraná

Abstract: In this text we present some of the results of the research carried out under the project entitled "Territory and food production: short networks, cooperation and commercialization of peasant foods", financed by Fundação Araucária (Edital n. 17/2016 - Pesquisa Básica e Aplicada), between 2016 and 2018. Our general objective is to analyze the short circuits of production and commercialization of foods for human consumption stimulated by farmers farmers of Francisco Beltrão (PR), trying to qualify the theoretical-methodological option adopted and generating systematized subsidies that can be used in the participatory construction of territorial development projects. To this end, the procedures used are the following: bibliographic and documentary research, application of questionnaires, interviewing and analysis of IBGE secondary data. Among the main results obtained so far is the in-depth understanding of peasant agriculture practiced in Francisco Beltrão, on this occasion, evidencing the subjects of agroecological practices in this municipality.

Keywords: Agroecology, peasants, free trade shows.

Los sujetos de las prácticas agroecológicas en Francisco Beltrão, Paraná

Resumen: En el texto presentamos algunos de los resultados de las análisis realizadas en el ámbito del proyecto intitulado “Território e produção de alimentos: redes curtas, cooperação e comercialização de alimentos camponeses” financiado por la Fundação Araucária (Edital n. 17/2016 - Pesquisa Básica e Aplicada), entre los años de 2016 y 2018. Nuestro objetivo general es analizar los circuitos cortos de producción y comercialización de los alimentos para consumo humano dinamizados por los campesinos de Francisco Beltrão (PR), tentando calificar la opción teórico-metodológica adoptada, generando subsidios sistematizados que puedan ser utilizados en la construcción participativa de proyectos de desarrollo territorial. De esa manera, utilizamos hasta el momento los siguientes procedimientos: pesquisa bibliográfica y documental, aplicación de cuestionarios, realización de encuestas, análisis de los datos secundarios del IBGE. Entre los principales resultados hasta el momento, tenemos la comprensión detallada de la agricultura campesina de Francisco Beltrão, en esta oportunidad, evidenciaremos los sujetos de las prácticas agroecológicas en este municipio.

Palabras clave: Agroecología, campesino, ferias libres.

Introdução

No Sudoeste do Paraná, onde estão os agricultores camponeses de Francisco Beltrão, estes resultam do processo de desterritorialização ocorrido no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, movimento formado predominantemente por descendentes de alemães, italianos e poloneses (ROCHE, 1969; PADIS, 1981; WACHOWICZ, 1987). O processo de migração e colonização foi

efetivado entre os anos de 1940 e 1970, mediado pelo Estado por meio da implantação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943, e do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em 1962 (FERES, 1990; WACHOVICZ, 1987; ALVES DOS SANTOS, 2008, FLÁVIO, 2011). A CANGO foi uma mediadora estatal fundamental no processo de expansão territorial do capitalismo no Sudoeste do Paraná. Martins (1986 [1979]) e Oliveira (1986) já indicaram que o capitalismo cria continuamente as condições para sua expansão, incorporando áreas e populações ao seu movimento de reprodução.

Segundo Feres (1990), a formação territorial do Sudoeste paranaense seguiu uma lógica vinculada à frente camponesa de ocupação e ocorreu no contexto da planificação do processo de colonização em áreas de fronteira para fins de ocupação sistemática, produzindo-se alimentos e matérias-primas a baixos preços para o mercado interno. Os migrantes e camponeses foram responsáveis, amparados pelo Estado, pela instituição da propriedade privada e familiar da terra, principalmente a partir da atuação do GETSOP, reproduzindo características do modo de vida que seus ancestrais trouxeram da Europa, ou seja, práticas do cultivo agrícola e da produção artesanal de alimentos (salames, queijos, vinhos, cachaças, etc.), costumes culturais, organizações políticas, etc. (SAQUET, 2006, 2010).

Os migrantes e camponeses descendentes de italianos, alemães e poloneses substantivaram, numa primeira fase, novas forças produtivas, relações de produção, tipos de cultivo, criaram povoados e cidades, com outros valores e processos culturais, provocando, portanto, mudanças profundas no Sudoeste do Paraná a partir dos anos 1940. Outras duas fases fundamentais na formação territorial são: a chamada modernização agrícola e a industrialização centrada na intervenção das prefeituras municipais aliadas aos empresários de distintos ramos, formando os chamados parques industriais, processo intimamente ligado à urbanização, especialmente a partir dos anos 1980-90 (SAQUET, 2006, 2010; ALVES DOS SANTOS, 2008).

E é em meio à expansão da agricultura capitalista, em nível internacional e também no Brasil, que se fortalecem movimentos contestatórios, análises científicas críticas e tentativas de criação de alternativas de produção agrícola que fossem menos degradantes do ambiente. A expansão dos movimentos ambientalistas na década de 1970 influenciou diretamente o fortalecimento da Agroecologia.

No Brasil, as práticas agroecológicas acontecem dispersas, adquirindo um salto quantitativo e qualitativo nas décadas de 1980 e 1990, a partir dos movimentos ambientalistas, da atuação das ONGs, da realização dos encontros brasileiros de agricultura alternativa (desde 1981), da atuação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA, no início da década de 1980), da criação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO, em São Paulo, em 1989), do Encontro Nacional de Agroecologia (2001), da Articulação Nacional de Agroecologia (2006), enfim, com base num conjunto de iniciativas (embora nem sempre com os mesmos princípios e objetivos) e sob influência dos estudos de Miguel Altieri, Víctor Toledo, Eduardo Gusmán, Manuel Molina, Stephen Gliessman, entre outros (ARRIEL SAQUET et al., 2005; MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006; ALTIERI e TOLEDO, 2011; SAQUET, 2017).

Em Francisco Beltrão, no ano de 2006, havia predomínio, no pessoal ocupado nas atividades agropecuárias (considerando todos os estratos), de trabalhadores com laço de parentesco com o produtor: 89%. Há destaque claramente para o trabalho familiar. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, havia 2.805 estabelecimentos familiares (37.481 ha) e 373 não familiares (16.652 ha), gerando um tamanho médio de 13,4 ha para os considerados familiares. Os principais cultivos (em ordem decrescente) eram milho, soja e mandioca, complementados por outros produzidos em quantidade bem menor, tais como amendoim, batata-doce, arroz, batata-inglesa, cebola, melancia, melão, sorgo, tomate, alho, aveia, trigo e fumo (IBGE – Censo Agropecuário, 2006 – Lavoura Temporária), caracterizando uma diversidade considerável.

Verificando os dados mais atualizados (IBGE – Produção Agrícola Municipal e Produção da Pecuária Municipal, 2016 [31/12]), notamos algumas mudanças importantes. Na produção agrícola de Francisco Beltrão predominam os seguintes cultivos (produção [ton] – em ordem decrescente): soja, milho e trigo. Já as principais criações (em cabeças – também em ordem decrescente) são galinhas, bovinos e suínos. Outrossim, notamos o destaque para a produção de leite, como ocorre no Sudoeste do Paraná, onde aumentou continuamente entre 1990 e 2015. No Sudoeste, entre 1990 e 2015, esta produção ultrapassou 1 bilhão de litros de leite de vaca/ano (IBGE – Produção da Pecuária Municipal, 1990 e 2015).

Isto significa, sucintamente, que coexistem distintas atividades agrícolas e pecuárias, em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná, onde se destacam largamente os pequenos estabelecimentos rurais com trabalho familiar, com cultivos diversificados, no entanto, centrados na produção da soja, do milho, do trigo e da mandioca, bem como na criação de galinhas (integração contratual), bovinos (leite) e suínos.

E é no bojo da expansão da chamada modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 1970 e da concomitante reprodução histórica do trabalho familiar em pequenos estabelecimentos rurais, que se substantivam as primeiras reações em favor de uma prática agrícola *alternativa*, ou seja, que fizesse frente ao movimento baseado nos insumos químicos e na utilização de máquinas e implementos. No Sudoeste, as primeiras iniciativas em favor das práticas agroecológicas surgem a partir das atividades realizadas pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), em Francisco Beltrão (SAQUET et al., 2010; SAQUET; SOUZA; SANTOS, 2010), expandindo-se a partir dos anos 1990.

Atualmente, as principais instituições vinculadas à Agroecologia em Francisco Beltrão são a ASSESOAR, a Rede ECOVIDA de Agroecologia e a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Coletivo das Mulheres Camponesas.

Para compreender os sujeitos das práticas agroecológicas, optamos por uma concepção histórico-crítica, relacional, reticular (redes de circulação e comunicação) e pluridimensional (RAFFESTIN, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 1985; THOMPSON, 1998 [1991]; SHANIN, 2005; DANSERO; ZOBEL, 2007; MAGNAGHI, 1976, 2000; SAQUET, 2007, 2015 [2011], 2017), centrada na relação sociedade-natureza. Assim, as unidades produtivas e de vida camponesas (SHANIN, 1971, 2005) são compreendidas como territórios de produção, existência, vida, luta e resistência

(THOMPSON, 1998 [1991]; ESCOBAR, 1999, 2012; FERNANDES, 1996, 2004, 2014). Para tal, os procedimentos utilizados estão sendo os seguintes: pesquisa bibliográfica e documental sobre os conceitos basilares (território, agroecologia e desenvolvimento), aplicação dos questionários e realização das entrevistas juntos aos agricultores ecológicos e em transição, juntamente com a análise dos dados secundários do IBGE (do município de Francisco Beltrão).

Os sujeitos das práticas agroecológicas em Francisco Beltrão

Inicialmente cabe destacar que, em Francisco Beltrão, em 1996, na comunidade de Jacutinga, houve a implantação do Projeto Vida na Roça (SAQUET; DUARTE, 1996; SAQUET, 2017; SAQUET; MEIRA, 2017), por meio do qual se difundiram significativamente práticas agroecológicas, na época denominadas *de agricultura alternativa*. Foi um projeto de articulação política em favor do desenvolvimento numa perspectiva ampla (agropecuária, educação, lazer, ambiente, saúde, cultura e saneamento básico), potencializando a capacidade organizativa local de 133 famílias de agricultores familiares a partir da mobilização de diferentes instituições, especialmente da ASSESOAR, da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) e do STR – Francisco Beltrão. Os princípios orientadores das atividades realizadas foram: auto-organização mediada, interdisciplinaridade, diversificação produtiva e participação social. Por meio de um processo dialógico e colaborativo entre distintos sujeitos do campo e da cidade, os principais resultados conseguidos, entre 1996 e 1998, foram: a) diagnóstico com a participação direta dos membros das famílias agricultoras, definindo-se em assembleias as prioridades para resoluções e investimentos; b) construção coletiva do projeto, das pesquisas e das análises até as decisões e ações feitas, trabalhando **com** os sujeitos; c) análises de amostras de solo e água; d) proteção das nascentes de água; e) práticas de cultivo mínimo e plantio direto com adubação orgânica; f) realização de cursos, intercâmbios e oficinas; g) recuperação da mata ciliar; h) atividades de educação ambiental na escola de Jacutinga etc. (SAQUET; DUARTE, 1996; SAQUET, 2015 [2011]).

Esse projeto é um dos marcos das práticas agroecológicas em Francisco Beltrão e, talvez seja por isto que, atualmente, o principal centro irradiador da agroecologia, seja a comunidade rural de Jacutinga, ao mesmo tempo, com influência direta na criação da Feira Ecológica da CANGO com a mediação da ASSESOAR e da Associação Amigos da Natureza, em 1997 – localizada ao lado da ASSESOAR, na cidade de Francisco Beltrão.

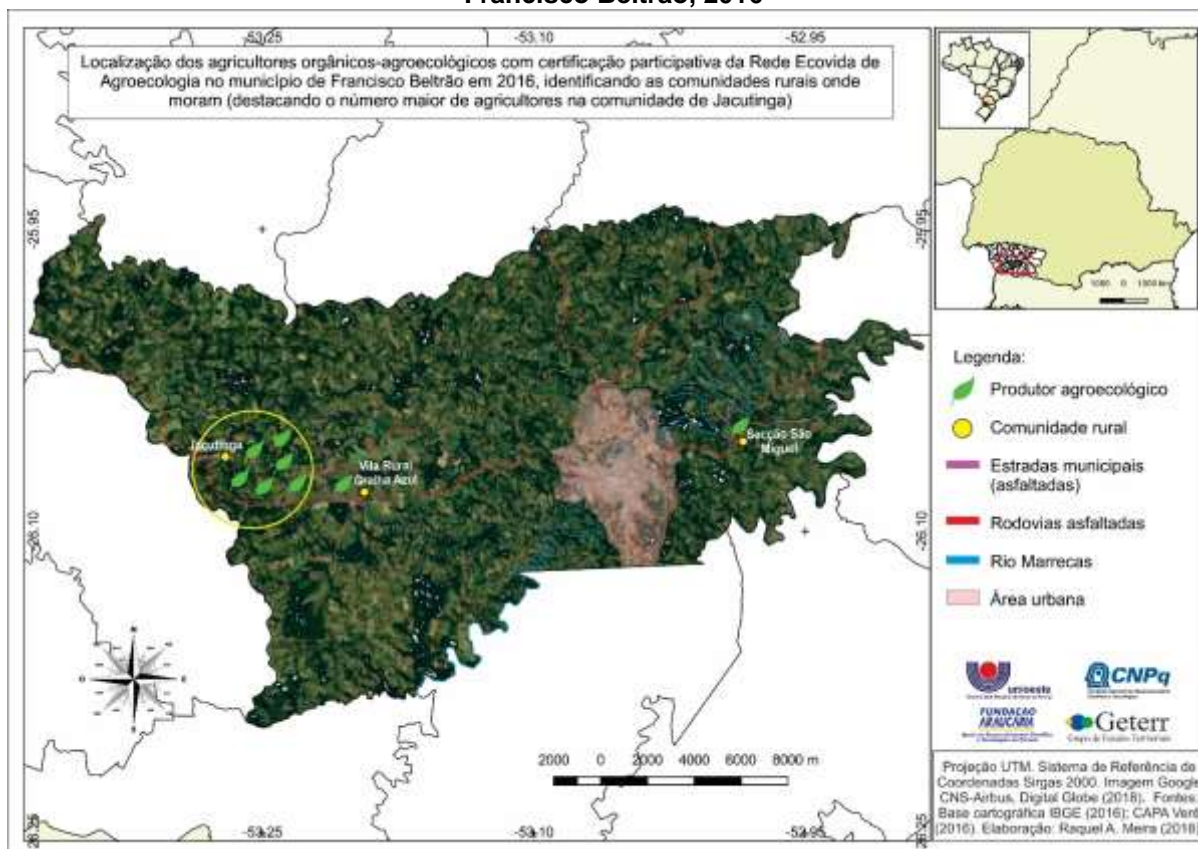
Entre agosto de 2012 e julho de 2013, identificamos, em Francisco Beltrão, 15 estabelecimentos rurais com práticas agroecológicas, envolvendo 40 trabalhadores familiares e instrumentos bem rudimentares, tais como enxada, trator pequeno, forrageira, roçadeira, arado tração animal, carroça tração animal e trilhadeira. A principal certificadora era a Rede ECOVIDA de Agroecologia, certificando, por meio do sistema participativo, feijão, hortaliças, batata-doce, tomate, arroz, mandioca, frutas, açúcar-mascavo, milho e alho.

As principais práticas agroecológicas identificadas foram: calda sulfocálcica, calda bordalesa, cobertura vegetal, supermagro e óleo de nim, e, as principais formas mediadoras da comercialização foram a Feira Ecológica da CANGO, a venda nos supermercados de Francisco Beltrão, o PAA/PNAE, no próprio estabelecimento rural e na Feira do Produtor Rural de Francisco Beltrão. No conjunto das

atividades realizadas na agroecologia, os agricultores entrevistados (ecológicos e em transição para tal) destacaram a atuação da ASSESOAR (SAQUET; MEIRA, 2017).

Já no início de 2016, identificamos 8 agricultores certificados pela Rede ECOVIDA em Francisco Beltrão, envolvendo 23 trabalhadores familiares. A maior parte, seis dos certificados, está localizada na comunidade de Jacutinga, em virtude das atividades ali realizadas durante o Projeto Vida na Roça, supracitado (Figura 1).

Figura 1: Localização dos agricultores certificados pela Rede ECOVIDA, Francisco Beltrão, 2016



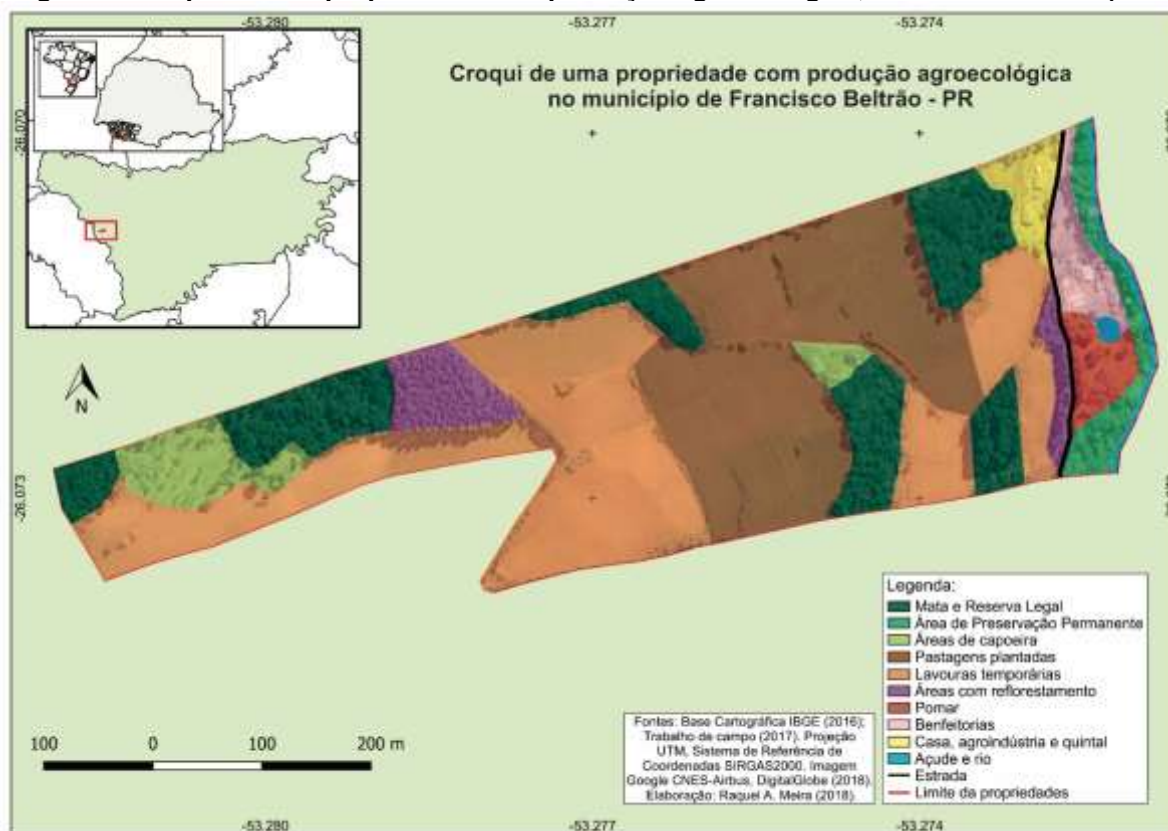
Fonte: Elaborado por Raquel Meira, 2018.

Os principais instrumentos identificados nas 8 famílias são praticamente os mesmos do registro anterior, ou seja, enxada, trator pequeno, roçadeira, forrageira, arado tração animal, carroça tração animal, trilhadeira e arado tração a motor. Já os produtos certificados estão bem mais diversificados: figo, pera, maçã, uva, cebola, tomate, batata-doce, batata-inglesa, gengibre, jiló, berinjela, bergamota, laranja, alface, repolho, almeirão, acelga, lima, milho verde, rabanete, banana, agrião, beterraba, salsa, batata-salsa, escarola, pepino, abobrinha, brócolis, vagem, feijão, couve flor, couve folha, mandioca, quiabo, morango, abóbora, chuchu, pimentão, pipoca, cenoura, alho, limão, pimenta, cereja, mamão, melão, ameixa, rúcula. Estes produtos são comercializados da seguinte maneira: Feira Ecológica da CANGO, Feira do Produtor Rural de Francisco Beltrão (na praça central), Feira da Vila Nova, supermercados de Francisco Beltrão, PAA/PNAE e venda no próprio estabelecimento rural.

Em Francisco Beltrão, conforme dados que verificamos em campo e da ASSESOAR (8/2015), entre os produtos certificados pela Rede ECOVIDA, predominam mandioca (57% das famílias), batata-doce (57%), feijão (43%) e frutas (43% [uva, pêssego, bergamota, laranja e banana]), acrescidos por outras produções, como milho, arroz, trigo, cebola, pepino, tomate, pipoca, pimentão, alface, rúcula, repolho, cenoura, beterraba, rabanete, tempero verde, ervilha, alho e chuchu.

Isto significa que, tanto em 2012/2013, como em 2015 e em 2016, notamos uma diversidade produtiva especial, que se materializa nos diferentes tipos de uso do espaço, apropriado e transformado em território dos sujeitos das práticas agroecológicas, portanto, também com uma paisagem diversificada (Figura 2). Nesse estabelecimento representado se destaca a produção de queijo (que é transformado em uma agroindústria particular), utilizando-se uma boa parte da área da propriedade para as pastagens dos animais, o plantio de milho para silagem, com manejo totalmente orgânico. Além da produção de queijo, a família produz açúcar-mascavo, alface, alho, arroz, banana, beterraba, brócolis, caqui, cebola, cenoura, couve, ervilha, feijão, laranja, mandioca, milho, pêssego, trigo, entre outros alimentos, que são consumidos principalmente pela família e comercializados em 3 feiras livres das quais a família participa na cidade de Francisco Beltrão.

Figura 2: Croqui de uma propriedade com produção agroecológica, Francisco Beltrão (2017)



Elaboração: Raquel Meira, 2018.

Em Francisco Beltrão, há também quem produz chás e temperos em pequeníssimas áreas, para venda no próprio estabelecimento rural e via PAA/PNAE, para a merenda escolar: hortelã, melissa, malva, funcho, camomila, calêndola, orégano, losna, sálvia, salsa, cebola, endro, manjeriço e alecrim. Evidentemente, os instrumentos utilizados são bastante rudimentares, tais como enxada,

facão, foice e pá. A força de trabalho utilizada é estritamente familiar e, na adubação, usam esterco dos animais criados no estabelecimento rural, como vacas de leite.

Outro aspecto relevante é que, entre os entrevistados, todos são donos das terras onde trabalham e vivem. Em Francisco Beltrão, 90% deles afirmaram que administram de forma familiar suas atividades, fato que revela a centralidade da família. Apesar da permanência do conteúdo patriarcal na tomada de decisões, percebemos que, atualmente, as mulheres participam de várias atividades produtivas, educativas e políticas, dentro e fora do estabelecimento rural, dentro e fora da casa: cuidando dos filhos e da casa, cultivando da horta, auxiliando nas tarefas da lavoura, tratando os animais, tirando leite etc. Assim, eles e elas reproduzem aspectos culturais importantes, tais como saberes, técnicas produtivas, a religiosidade inerente à ascendência europeia (sobretudo católica e luterana), o associativismo (participando das associações, dos STRs municipais e das feiras livres), práticas patriarcais (apesar da ressignificação do papel da mulher) e relações cooperativas e solidárias.

Embora seja bastante tímida, também identificamos uma produção de alimentos transformados artesanalmente pelas próprias famílias, tais como geleias, queijos, salames, vinagres, vinhos, conservas, açúcar-mascavo e melado, característica que parece ser fundamental para a economia familiar. E esta produção faz parte da cultura dos agricultores, reproduzida de geração em geração, para complementar a alimentação familiar. Verificando as etnias dos agricultores ecológicos certificados pela Rede ECOVIDA, em abril de 2015, em Francisco Beltrão, 44% são descendentes de alemães, 28% de italianos e 28% de poloneses (SAQUET, 2017).

Desta forma, em virtude da policultura, das relações e dos valores familiares, bem como da singularidade da organização política, percebemos que, para os sujeitos camponeses e agroecológicos, o estabelecimento e a comunidade rural não são simples espaços de produção e atendimento a alguns serviços, são territórios de vida, com enraizamento e relações sociais de cooperação, solidariedade, disputas e conflitos. A vida comunitária ainda se reproduz em virtude de alguns agrupamentos familiares – vários com as mesmas origens étnicas – e/ou de vizinhos historicamente instalados, construindo lugares mais tranquilos, calmos e amplos para viver. Ao mesmo tempo, notamos claros sinais da vida comunitária, embora a maioria dos trabalhadores rurais das comunidades esteja inserida no mercado produzindo soja e milho, trabalhando centrados na individualidade e nos objetivos de cada família. Algumas comunidades estão sendo dissolvidas, conforme verificamos nas pesquisas empíricas e seu patrimônio está cedendo lugar às áreas de cultivo das monoculturas convencionais (SAQUET; MEIRA; PANHO, 2015).

Em Francisco Beltrão, conforme já mencionamos anteriormente, os produtos agroecológicos são comercializados na Feira Ecológica da CANGO, que foi instituída em 1997. Já a Feira da Vila Nova foi criada em 2015 (teve uma pequena fase experimental nos meses de novembro e dezembro de 2014), a partir das diferenças e conflitualidades existentes entre alguns produtores e feirantes da CANGO: houve a proposição de soluções, a mobilização, a definição e criação de outra feira livre, noutro local da cidade de Francisco Beltrão. Atualmente, alguns produtores também vendem seus produtos na Feira do Produtor Rural (na praça central), a mais antiga da cidade.

Na Feira Ecológica da CANGO, entre 7/2014 e 6/2015, sempre participaram efetivamente cinco agricultores, sendo quatro certificados pela Rede ECOVIDA. Dos agroecológicos (certificados), os principais produtos comercializados foram: queijo, alface, temperos (salsa e cebola verde), almeirão, chicória, rúcula, ervilha, beterraba, repolho, brócolis, feijão, cenoura, mandioca, bergamota, alho, cebola, couve e batata-doce. A comercialização não certificada também foi diversificada, com base em verduras e frutas (SAQUET; MEIRA, 2017; SAQUET, 2017).

A produção e a comercialização, como era de se esperar, variam de acordo com a época do ano: na Feira da CANGO, em 27/5/2016, por exemplo, notamos claramente os efeitos da sazonalidade: os principais produtos vendidos, em ordem decrescente, foram, hortaliças, frutas e legumes, além dos pães, mel e vinagre, todos em pequeníssimas quantidades. Na Feira da Vila Nova (5 feirantes), entre novembro de 2014 e outubro de 2015, as verduras foram mais vendidas entre dezembro e julho; os legumes, entre dezembro e fevereiro; as frutas, entre abril e junho. Isto revela, também, uma das dificuldades dos sujeitos agroecológicos, pois não conseguem padronizar a produção durante o ano todo (SAQUET; MEIRA, 2017; SAQUET, 2017).

As dificuldades, portanto, são substantivas e impõem difíceis barreiras para serem superadas. Durante as pesquisas que realizamos, entre 2016 e 2018, os agricultores ecológicos evidenciaram as seguintes (em ordem decrescente de importância): i) pouca gente para trabalhar na produção agroecológica; ii) falta de financiamento público específico; iii) carência da assistência técnica especializada. Isto ocorre porque há um processo continuado de expropriação rural, principalmente dos jovens, que não são educados nem tampouco são animados para permanecer no espaço rural. Além disto, como é bem conhecido, o trabalho agroecológico é praticamente todo braçal e, portanto, há poucas pessoas dispostas para tal. As políticas públicas existentes acabam não envolvendo satisfatoriamente estes pequeníssimos produtores de comida, sobretudo em virtude da burocracia imposta pelos bancos. Apesar dos esforços e investimos feitos ao longo dos anos pela ASSESOAR, há pouca disponibilidade qualificada para orientar, acompanhar e qualificar as práticas agroecológicas em Francisco Beltrão.

Isto significa, ao mesmo tempo, que os sujeitos das práticas agroecológicas desse município têm importantes desafios pela frente, ainda mais quando entendemos que as ações do desenvolvimento precisam atender **nossas** necessidades *fisiológicas* e *antropológicas*, num *desenvolvimento de todos* (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2009), ou seja, **nossas** práticas cotidianas precisam ser orientadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma *pluralidade de sujeitos emancipadores* (CORAGGIO, 2009), no campo e na cidade, de todas as cores, religiões e etnias.

Considerações finais

Sucintamente, podemos evidenciar que os sujeitos das práticas agroecológicas em Francisco Beltrão, PR, são todos pequenos produtores rurais, trabalhando com a família, produzindo com técnicas rudimentares, alimentos *in natura* e transformados. As principais instituições vinculadas à Agroecologia são a ASSESOAR, a Rede ECOVIDA e a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, juntamente com o STR e o Coletivo das Mulheres Camponesas.

A principal forma de comercialização que identificamos se dá por meio das feiras livres, notadamente a Feira Ecológica da CANGO, a Feira da Vila Nova e a Feira do Produtor Rural de Francisco Beltrão (praça central). Esta forma de venda caracteriza distintas redes curtas ancoradas territorialmente, nas relações de proximidade espacial e nas relações de confiança estabelecidas com o passar do tempo, conforme verificamos nos constantes trabalhos de campo que realizamos. Considerando as características das feiras acompanhadas, estas são espaços de diálogos e organização política, de aprendizagem e comercialização, e, ao mesmo tempo, são territórios e lugares de resistência política, cultural e ambiental, reproduzindo-se vivências e ações solidárias em meio à reprodução das intrínsecas contradições e conflitualidades sociais ali territorializadas efemeramente.

Outros aspectos também são importantes: a) a comercialização de panificados (bolachas, bolos e pães) e ovos se revelou central na geração de renda familiar, a partir da diversificação da produção em cada estabelecimento rural, incluindo a produção artesanal de geleias e conservas. b) para se reproduzir, estes sujeitos têm sérias dificuldades, sobretudo a pouca existência de gente para trabalhar, a ausência de políticas públicas específicas para as práticas agroecológicas e a carência na assistência técnica especializada existente até o momento.

Por meio das pesquisas empíricas, também verificamos que as identidades construídas historicamente pelos sujeitos agroecológicos tornam-se essenciais no desenvolvimento local e os têm conduzido à luta política, cultural e ambiental. Isso foi possível perceber em algumas comunidades rurais estudadas, como na Secção Progresso e em Jacutinga, em Francisco Beltrão, em virtude da mobilização política dos moradores normalmente organizados em associações criadas a partir de aspectos identitários como a religião e a ascendência étnica, ampliados por problemáticas e necessidades comuns.

Já a perda de alguns valores identitários é um dos fatores de grande relevância na dissolução das comunidades rurais, das famílias e das práticas agroecológicas que, apesar dos avanços conseguidos em Francisco Beltrão, na produção, na certificação participativa e na comercialização, ainda têm muito a crescer e qualificar. Acreditamos que, para os agricultores manterem o território, a cultura e a identidade, bem como sua organização e mobilização política, é preciso valorizá-los como sujeitos e os seus lugares de vida, o trabalho artesanal, a agroecologia, as festas tradicionais, as relações de confiança ainda existentes, a cooperação entre as pessoas, as áreas de preservação permanente etc. (SAQUET, 2014a, 2014b), fortalecendo os vínculos e os valores comunitários.

Para suplantar as dificuldades, acreditamos na valorização dos sujeitos – produtores e consumidores –, por meio de uma constante (in)formação política e cultural, de um trabalho participativo e solidário, no qual sejamos sujeitos-informantes, aprendendo com os camponeses e cidadãos. Assim, quem sabe, poderemos potencializar os saberes locais, as redes curtas, as relações de confiança, a produção de comida, entendendo o desenvolvimento como um sistema de valores, instituições e vínculos, com um forte sentido de pertencimento à comunidade local (BECATTINI, 2000 [1989]). “O desenvolvimento é uma questão cultural, cujo significado difere de lugar em lugar, na mesma medida em que as culturas são diferentes” (BOISIER, 2004, p. 27).

Deste modo, também identificamos no **povo**, no humilde, juntamente com Funes (1981), uma potência ou um importante *capital humano* que pode ser mobilizado, no campo e na cidade, por meio de uma *estratégia territorial endógena* que, por sua vez, depende diretamente das decisões políticas para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual (MARTÍNEZ VALLE, 2007). O *desenvolvimento endógeno* significa incorporação das comunidades rurais, favorecendo a *conectividade* territorial e a valorização das heterogeneidades natural e cultural (JIMÉNEZ REYES, 2011). Isto pode ocorrer a partir do local, do reconhecimento, do pertencimento, da solidariedade, da auto-organização e autogestão, da partilha, da sinergia e da *consciência de classe e de lugar*, segundo argumentamos e demonstramos em Saquet (2017).

Referências

- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- ALVES DOS SANTOS, Roseli. *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná*. 246f. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2008.
- ARRIEL SAQUET, Adriano et al. *Agricultura ecológica e ensino superior: contribuições ao debate*. Francisco Beltrão: Grafit, 2005.
- ASSESOAR – Agricultores Certificados pela Rede ECOVIDA, 8/2015.
- BECATTINI, Giacomo. Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico. In: BECATTINI, Giacomo (Org.). *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000 [1989], p. 57-78.
- BOISIER, Sergio. Una (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico. *Estudios Sociales*, v. 12, n. 23, p. 9-36, 2004.
- CORAGGIO, José. Los caminos de la economía social y solidaria. *Íconos*, v. 13, n. 33, p. 29-38, 2009.
- DANSERO, Egidio; ZOBEL, Boris. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: DANSERO, Egidio et al. (Orgs.). *Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale*. Turim: Euro Mountains, 2007, p. 135-141.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *Le metafore della terra*. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- ESCOBAR, Arturo. *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Colômbia/Santafé de Bogotá: ICAN/CEREC, 1999.
- _____. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. *Revista de Antropología Social*, n. 21, p. 23-62, 2012.
- FERNANDES, Bernardo. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo; MARQUES, Marta (Orgs.). *O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 273-291.
- _____. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, Francisco Hidalgo; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar (Orgs.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica – propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN, 2014, p. 19-34.
- FERES, João. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- FLÁVIO, Luiz Carlos. *Memória e território: elementos para o entendimento da constituição da cidade de Francisco Beltrão (PR)*. 386f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.
- FUNES, Santiago. Introducción a la utopía de Chayanov. *Cuadernos de Pasado y Presente: Chayanov y la teoría de la economía campesina*, n. 94, s/p, 1981.
- HINKELAMMERT, Franz; JIMÉNEZ, Henry. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida. *Íconos*, v. 13, n. 33, p. 39-49, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produção da Pecuária Municipal*. 1990-2015.

JIMÉNEZ REYES, Luis Carlos. Alternativas de desarrollo regional endógeno en la región periférica surcolombiana. In: SAQUET, Marco Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 335-342.

MAGNAGHI, Alberto. Il territorio nella crisi. *Quaderni del territorio* – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forza-lavoro. Milano, ano I, n. 1, p. 15-29, 1976.

_____. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, EMBRAPA, Brasília: EMBRAPA informações tecnológicas, 2006.

MARTÍNEZ VALLE, Luciano. Puede la pobreza rural ser abordada a partir de lo local? *Íconos*, v. 11, n. 29, p. 51-61, 2007.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PADIS, Pedro. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Sec. da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o RS*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Artur (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

_____. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro (Orgs.). *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 109-124.

_____. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO NETO, Agripino (Orgs.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a, p. 11-36.

_____. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. *Mercator*, v. 13, n. 2, p. 125-143, 2014b.

_____. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos; DUARTE, Valdir. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

SAQUET, Marcos et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, Marcos; ALVES DOS SANTOS, Roseli (Orgs.). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 237-254.

SAQUET, Marcos; MEIRA, Raquel. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, n. 2, p. 118-141, 2017.

SAQUET, Marcos; MEIRA, Raquel; PANHO, Leila. Uma contribuição à análise das comunidades rurais do sudoeste do paraná. *Revista Faz Ciência*, v. 17, n. 25, p. 60-92, 2015.

SAQUET, Marcos; SOUZA, Poliane; SANTOS, Roseli. Agricultura familiar agroecológica em Itapejara d'Oeste (PR). *Revista ANPEGE*, v. 6, p. 43-57, 2010.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a political factor. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Peasants and peasant societies*. Middlesex, Harmondsworth: Penguin Books, 1971, p. 238-263.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1987.

Recebido em: set. 2018.

Aceito em: out. 2018.

Marcos Aurélio Saquet: Doutor em Geografia pela UNESP. Docente do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Pamela Cichoski: Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente da rede básica de ensino do Estado do Paraná. E-mail: pamelachichoski_@hotmail.com

Raquel Alves de Meira: Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente da rede básica de ensino do Estado do Paraná. E-mail: rakelmeira@hotmail.com